

O PROBLEMA DA RAZÃO PROCEDIMENTAL NA ÉTICA, EM TAYLOR

Dennys Brizen de Souza (IC) e Paulo Roberto Monteiro de Araújo (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

A investigação por uma fundamentação universal racional advinda da razão ou da natureza (biológica) do indivíduo, ainda conquista grande parte do debate na filosofia moral moderna. O artigo que se segue, por meio do pensamento de Charles Taylor, filósofo canadense, que é situado como comunitário dentro atual debate na América do Norte entre Liberais e Comunitários, procura, em sua filosofia da ação moral e do Self demonstrar a contradição que teorias instrumentais da razão entram em relação ao conceito de Pessoa. Caso o artigo resulte em um sucesso na pesquisa em que, entre outras aproximações, a questão do que é ser uma Pessoa, no sentido moderno, e agir moralmente mostraram-se indissociáveis. Outrossim, após os esclarecimentos e apresentação da Filosofia de Taylor, focando-se nas teorias da década de 80 do autor, seguirá de decorrência problemas insolúveis às Filosofias práticas que fundam-se nas teorias instrumentais da razão. Teorias como o utilitarismo, bem como as derivações do kantismo que vêm reformulando-se através dos séculos, inclusive no debate Norte Americano que Taylor se insere, se mostrarão como uma visão reducionista à chamada ação humana, na esfera da ética. Ademais, o artigo trata de responder problemas que Taylor indica ter surgido no âmago dessas discussões no mundo moderno em resposta à “falácia naturalista”.

Palavras-chave: Avaliação forte, significação Importante, animal autointerprete.

ABSTRACT

The quest for a universal reasoning grounding, whether it comes from reason or nature (biological), is still a matter of importance for the modern moral philosophy debate. The following article, guided by Charles Taylor philosophy, a Canadian philosopher who is placed as a communitarists between the ongoing debate whitin North America between communitarists and libertarians, seeks, within his Self philosophy and moral action theory, to demonstrate the contradiction that instrumental theories of reason enters within the modern concept of Person. If the article results in a successful research in which, among other approaches, the question of what it is to be a Person, in the modern sense, and to act morally will be seen as integral. Moreover, after the clarification and presentation of Taylor's Philosophy, focusing on the author's 1980s theories, it will follow insoluble problems to pratical Philosophies based on the instrumental theories of reason. Shall the research proves successful, we should see what problems these procedimental theories incur to modern concept of Person. Consequently, theories as utilitarianism and derivations of Kantianism, that

have been transfiguring themselves through the centuries, will present themselves as a reductionist view or a too shallow view of the whole we call Human Agency. Furthermore, we will seek to answer problems that Taylor indicates to us that arose at the heart of these discussions in the modern world in response to the “naturalistic fallacy” and the projectivism it brought to moral discussions

Keywords: Strong evaluation. Import. Self-interpreting Animals.

1. INTRODUÇÃO

Deve a filosofia moral contemporânea continuar seu debate sob fundamentos universais racionais que resguardem uma teoria moral universal relevante ao Multiculturalismo? São estas leis ou critérios realmente relevantes para os sujeitos e suas ações em ambientes cada vez mais diversificados culturalmente? Caso a Moral e a Identidade se relacionam, o Conceito de Pessoa Moderna se sustenta diante as tentativas de situarem o indivíduo em um espaço neutro afim de melhor decidir suas ações sob cálculos quantitativos medidos pelo desejo?

Para responder estas perguntas lançamo-nos à filosofia de Taylor que em suas várias obras desenvolve o problema das ações humanas no espaço de convívio entre diversos grupos étnicos-sociais. Para trabalhar a questão do Self e suas implicações detenho-me principalmente em duas obras do autor: *Human Agency and language*(1985); *As Fontes do Self*(1989). Ambos os livros tocam na constituição daquilo que Taylor identifica como “Concept of Person”. No segundo livro há uma busca pelo *background* daquilo que caracteriza-se como identidade moderna, o qual será um dos focos deste trabalho, pois o próprio autor já no começo de seu texto nos mostra a direção que sua pesquisa nos levará: um delineamento da concepção moderna do que é ser um agente humano, uma pessoa ou um *Self*.

Adicionalmente, como um dos nortes para o projeto foi usado o livro de Araújo: *Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento*. A pesquisa realizada pelo autor coaduna de forma contundente com este artigo de forma que já se identifica no título, “uma ética do reconhecimento”. A direção que a pesquisa de Taylor toma em “As Fontes do Self” e a defesa da existência de uma “identidade moderna” fazem parte do que Araújo identifica como uma ética do reconhecimento. Necessariamente, todos estes tópicos abarcam a questão do que é ser um *Self*, um agente humano, e são essas concepções que evidenciarão no decorrer do projeto a contradição entre o que é ser uma pessoa e está busca por um princípio universal moral.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Conceito de Pessoa

Ao nos depararmos com a Filosofia de Taylor, um dos temas recorrentes em boa parte de suas obras, e que são de importância crucial, repousam sobre uma construção do que é ser uma Pessoa. A pergunta pela Agência Humana na modernidade, incorre, não somente, mas, principalmente a questões de direito, formulações comuns ao ocidente. Ser uma pessoa é ter certo status moral e possuir alguns direitos. No entanto estes status apoiam-se sobre certas condições.

Uma pessoa é um ser que tem um senso de si, tem um senso de futuro e passado, pode ter valores, fazer decisões; resumindo, pode adotar planos de vida. Pelo menos, uma pessoa deve ser o tipo de ser que em princípio é capaz de tudo isso, independente de quão danificada estas capacidades podem estar em prática.¹ (TAYLOR. 1985, p. 97. Tradução nossa)

Um indivíduo que dota de todas estas capacidades, que há consigo um senso de si, capaz de fazer escolhas, que pode ser submetido a perguntas e que pode às respondê-las, Taylor chama-o de 'respondent'. É a isto que qualquer filosofia do homem é obrigada a responder, do que é ser um 'respondent'. (TAYLOR. 1985, p. 97)

Deste modo, uma divisão deve ser feita. Diferentemente de ser um agente, que é capaz de certas ações, ser uma pessoa é algo além de ser mero agente. A categoria de pessoa não se atribui a animais, que atribuímos como agentes, o que decorre a uma segunda pergunta que Taylor diz ser levantada para qualquer debate sobre a questão do que é ser uma pessoa: o que difere um agente de uma pessoa? (TAYLOR. 1985, p. 97)

As repostas a estas questões podem ser dadas de diferentes formas por diferentes escolas da filosofia, mas Taylor preocupa-se em atribuir certa familiaridade nestas respostas e para construir sua resposta do que é uma agência humana separa-as em dois campos.

Nós podemos ver desde o início de sua obra "Human Agency and Language" em que já no prefácio nos deparamos essas divisões que o próprio autor faz entre agendas que julga ver uma gama de problemas que as enquadra. "Philosophical anthropology" e um certo naturalismo que tem fortes heranças das visões naturalistas do séc XVII advindas das ciências naturais de seu tempo são as duas faces do debate. (TAYLOR. 1985)

Nós vemos com contundência como esse problema do conceito de Pessoa e está ramificação ganham importância para a construção, ainda parcial, do argumento de Taylor acerca do que é Agência Humana ainda no capítulo quarto do "Philosophical papers 1". Taylor no capítulo intitulado "The Concept of a Person" apresenta através da divisão entre estes dois campos e suas respectivas respostas, parcialmente², como estas duas respostas(visões) têm relevância para a visão moderna do que é ser uma pessoa e que cada uma enraíza-se em diferentes solos.

Como Taylor já nos indica a pergunta sobre o que é ser um agente humano, é moldada a partir de duas questões: uma científica, como pode ser explicado o comportamento humano? e uma prática (moral), o que é uma boa, decente ou aceitável forma de vida?

¹ A person is a being who has a sense of self, has a notion of the future and the past, can hold values, make choices; in short, can adopt life-plans. At least, a person must be the kind of being who is in principle capable of all this, however damaged these capacities may be in practice.

² As respostas são dadas como parciais pois, recorrentemente em Human Agency and Language, Taylor remete ao fato do livro dispor de uma coletânea de pensamentos que formam uma rede (metáfora na introdução).

A resposta a essa pergunta para as duas visões encontra problemas quanto a problemática em torno da natureza da ação. A visão com raízes nas ciências naturais do século XVII atribui o agente como tendo consciência e uma capacidade de representação e que a divisão entre uma pessoa e um agente apresenta-se de forma não problemática, designada meramente por critério de performance. Visão está que Taylor já nós aponta existir desde Descartes, ao denominar os animais como máquinas complexas. (TAYLOR, 1985, p.98)

Seguindo a visão de uma Filosofia Antropológica a questão pela ação da agente humano torna-se problemática. Não é possível estabelecer uma conexão entre máquinas e animais, as diferenciações não são meramente critérios de performance, mas ao falar de uma Pessoa, podemos falar de propósitos(desejos), que as coisas tenham significado.

Ao falarmos do que é ser humano é reconhecer que há alguns fins(padões) humanos peculiares, pois os distingue dos animais. Não podemos mais atribuir ao humano apenas ter consciência. Ter consciência constitui grande parte do que é ser uma pessoa, mas o limite não se alcança na mera capacidade de representação, mas na capacidade de auto reconhecer os significados em nossas ações. Ter um senso de si, de ser uma Agência “é ter o senso de onde o agente se relaciona com estes padrões, e uma escolha pessoal propriamente dita é uma informada por estes padrões.”³ (TAYLOR, 1985, p. 105. Tradução nossa)

2.2 Animal Auto Interpretativo

Dessas deliberações acerca do que é ser um agente humano e seus padrões, Taylor nos leva a discussão do que é um animal que interpreta a si mesmo. O ponto que o autor procura nos alertar com este debate é, como Araújo salienta:

O ponto central que Taylor explora em “Self-interpreting animals” é o da articulação significa dos sentimentos como aquilo que motiva a realização das ações. Para tanto, Taylor ocupa-se da fundamentação das articulações emocionais, que se encontra no conceito de *import* (significação importante).

O *import* pode ser compreendido, primeiramente, como o próprio ato de entender o sentimento em sua profundidade (deeping) relevante. O entanto cabe esclarecer que o entendimento significa articular aquilo que o agente está sentindo. (ARAÚJO, 2004, p. 106)

A discussão em torno de um animal que auto se interpreta pretende sustentar a questão do que é ser indivíduo em um sentido de autoconhecimento para seu próprio ser. Taylor, em diversos pontos de seu pensamento, nos adverte que, em boa parte dos casos esse autoconhecimento não é plenamente ciente pelo sujeito da própria ação.

³ is the sense of where one stands in relation to these standards, and properly personal choices is one informed by these standards.

Essa articulação pode ser bem difícil e controversa. Não o digo apenas no sentido óbvio de que nossos contemporâneos nem sempre concordam entre si em matéria de ontologia moral. Isso é claro o suficiente: muitas pessoas, caso lhe pedíssemos que explicitassem o fundamento de suas reações de respeito pela vida acima discutidas, apelariam para a explicação teísta a que me referi e invocariam nossa condição comum de criaturas de Deus; outras a rejeitariam em favor de uma explicação puramente secular e talvez invocassem a dignidade da vida racional. Contudo, além disso, a articulação dos fundamentos de qualquer pessoa particular pode ser objeto de controvérsia. O próprio agente não é necessariamente a melhor autoridade, ao menos não no começo. (TAYLOR, 2013, p. 22)

Neste parágrafo, embora Taylor já esteja trabalhando com exemplos mais concretos nesta obra, ao falar em especial da questão de dar significado às ações no sentido em que acima foi exposto com a apresentação do vocábulo *import*, vemos os problemas quanto a este autoconhecimento.

Deste modo, um dos desafios que Taylor toma, em grande parte, é tentar demonstrar que, mesmo sem a consciência desta capacidade (*import*), pois é um processo ativo articular/entender seus próprios sentimentos, estes sentimentos são de fundamental importância para aquilo que chamamos de Pessoa. Vemos:

A percepção do agente já se encontra imbuída de sentimentos valorativos que irão determinar o modo como o agente reagirá diante de um objeto. É o sentimento, compreendido como fundamento da identidade, que rege a nossa percepção do mundo. (ARAÚJO, 2004, p.106-107)

Da citação acima, ao entrarmos em tópicos como a forma que a pessoa reagirá diante de um objeto e reger sua percepção do mundo, tocamos em um dos principais proponentes do discurso naturalista em sua nascente no século XVII. Devemos fazer um pequeno adendo a esse problema que a questão do *import* nos levou.

Que temos que escapar de fazer atribuições de cunho 'subjetivo' (TAYLOR. 1985, p.46) as coisas, no sentido que as coisas são apenas propriedade para a nossa experiência do objeto, são considerações que fazem parte da revoga que o século XVII trouxe às ciências naturais. Exemplos bastante utilizados são as cores, que, fora da visão humana os espectros de luz são apenas isto, luz, as cores caracterizam formas específicas que uma espécie experiência o mundo.

Dessa discussão, inspirado em H. Frankfurt, Taylor utiliza o termo *second-order* para tratar das ações dos indivíduos. Essa questão dos desejos de segunda ordem foram, no século XVII afastados da ciência naturais exatamente por haver este cunho subjetivo, que dependem de nossa sensibilidade. O ponto que Taylor coloca é que ao mesmo tempo, que isto se aplicou nas ciências naturais consistentemente este afastamento dos desejos de segunda ordem procuram estabelecer-se nas ciências do homem.

[...] nos últimos tempos, essa mesma orientação objetivista básica se expressa na perspectiva de uma explicação reducionista da ação humana e

sua experiência em termos fisiológicos e, em última instância, físicos e químicos.⁴ (TAYLOR, 1985, p. 47. Tradução nossa)

Assim Taylor busca, levantando estes pontos, chegar em:

[...] a alegação é que a nossa interpretação de nós mesmo e da nossa experiência é constitutivo do que nós somos, e portanto não pode ser considerada meramente uma visão da realidade, separadamente da realidade, nem como um epifenômeno, que pode ser ignorado em nossa compreensão da realidade.⁵ (TAYLOR, 1985, p. 47)

Taylor está, nesta medida, preocupado tanto em evitar um falso auto esclarecimento do indivíduo baseado em visões subjetivistas da moralidade, tanto em uma falsa objetividade das ações morais fundadas em uma forma de subjetivismo ocultado no discurso neutro e normativo das ciências naturais. (ARAÚJO, 2004, p. 108)

Nós podemos notar uma ausência de separação entre sujeito e objeto no que se refere a vivência do indivíduo, pois a estrutura da ação do indivíduo diante dos objetos (mundo), que rege sua percepção de mundo, é uma expressão do que o indivíduo é. Entretanto, novamente, a consciência desse processo é algo que apenas por do intermédio da reflexão (*import*), de buscar dar sentido(significado) a suas ações, que a pessoa se reconhece.

Por excelência, a ação não pode ser neutra.

É o modo como o agente se relaciona com o objeto que lhe possibilita ter um enfoque em relação a este. [...] Taylor esquematiza a relação entre sentimento, conhecimento e experiência do seguinte modo: (...) que a experiência de uma dada emoção envolve a experiência da nossa situação como ser de um certo tipo ou tendo uma certa propriedade. Mas esta propriedade não pode ser neutra, não pode ser algo que nos faça indiferentes, ou também que não nos faça imóveis. Mais exatamente, experimentar uma emoção é estar cômico da nossa situação como humilhados, envergonhados, etc. (ARAÚJO, 2004. P. 110)

Como Araújo salienta, a ação neutra dentro do escopo da vida humana é impossível, porque para que haja pessoas que vivam dentro de relações neutras, fora de qualquer descrição de segunda ordem, necessitaria que houvesse um agente humano sem qualquer aspiração por algum valor, uma dignidade. O *import* só pode ser explicado pela maneira que estes agentes experimentam o mundo e nele atuam de alguma forma.

O conceito de identidade, ou self, em prol a responder a pergunta que iniciou este artigo sobre o que é ser um 'respondent' começa tomar corpo. Como Araújo nos indica:

Para Taylor, o agente humano só pode se interpretar tendo como ponto de referência as suas experiências cotidianas na instância dos sentimentos, emoções e desejos. É ligando-se às suas próprias experiências que o sujeito

⁴ in recent times this same basic objectivist orientation rather expresses itself in the perspective of a reductive explanation of human action and experience in physiological and ultimately in physical and chemical terms.

⁵ the claim is that our interpretation of ourselves and our experience is constitutive of what we are, and therefore cannot be considered as merely a view of reality, separable from reality, nor as na epiphenomenon, which can be by-passed in our understanding of reality.

pode esclarecer para si a constituição do seu self, isto é, da sua identidade. (ARAÚJO, 2004, p. 113)

Até o presente momento, ao mencionar orientações e recentemente usando a expressão dignidade, tenho, de forma conceitual demonstrado aquilo que Taylor intitula o que é um Self, mas, a questão da orientação e da dignidade tocam muito mais profundamente em sua filosofia do Self, o que pretendo expor no próximo tópico.

2.3 Strong Evaluation ou Avaliação Forte

Problematizei de maneira sintética a necessidade que Taylor vê de ser inseparável as orientações daquilo que agora podemos chamar de Self:

Desejo defender a tese forte de que é praticamente impossível à pessoa humana prescindir das configurações; em outras palavras, que os horizontes no seio dos quais levamos a vida e a compreendemos têm de incluir essas discriminações qualitativas fortes. Em acréscimo, não e pretende dar a isso o mero sentido de um fato psicológico contingentemente verdadeiro acerca dos seres humanos, algo que talvez pudesse um dia não se aplicar a algum indivíduo excepcional ou um novo tipo de ser humano, algum super-homem da objetificação desprendida. O que afirmo é que viver no âmbito desses horizontes fortemente qualificados é algo constitutivo do agir humano, que sair desses limites equivaleria a sair daquilo que reconheceríamos como a pessoa humana integral, isto é, intacta. (TAYLOR, 2013, p. 43)

A forma simples que foi tratada a questão do valor até o presente momento deve-se a expressão como “discriminações qualitativas fortes” tem para a Filosofia de Taylor.

A Avaliação Forte é em Taylor uma característica essencial do modo de agir humano. É por meio da articulação (*import*) que o *self* faz de suas ações a fim de entender suas orientações que é possibilitado o reconhecimento do humano. Classificar as avaliações como forte ou fraca não é usado meramente para criar bases comparativas com o propósito de quantitativamente, em base do desejo, escolher o melhor rumo de ação que o indivíduo deve tomar. Taylor pretende com o termo Avaliação Forte não meramente separar as avaliações em fracas e fortes em um sentido padrão de comparação.

A distinção entre *weak evaluation* (avaliação fraca) e *strong evaluation* (avaliação forte) é o que vai dar a direção ao desenvolvimento do pensamento de Taylor para estruturar a sua concepção de ação moral fundada na expressividade do agente como sujeito que avalia os seus predicativos desejantes em um sentido forte, isto é, profundo (*deep*). “Porque o que é importante é que a avaliação forte está preocupada com o valor qualitativo de diferentes desejos. Isto é o que está faltando em casos típicos em que, por exemplo, eu escolho um feriado no sul em vez de no norte, ou escolho almoçar na praia em vez de comer agora na cidade. Nesses casos, a alternativa favorecida não é selecionada por causa do valor da motivação base. Não há ‘nada para escolher’ entre as motivações aqui.” (ARAÚJO, 2004, p. 85)

Desta citação tiramos uma das distinções importantes que Taylor faz contra o utilitarismo, em que, as opções entre os desejos não se limitam ao mero cálculo de ganhos e

perdas. Não se trata de apenas distinções quantitativas, mas as ações ganham novos valores qualitativos. (TAYLOR, 1985, p. 17-18)

Taylor ao criticar o utilitarismo está apontando que a simplificação que esta teoria faz à questão dos desejos, ao colocá-los em mero cálculo quantitativo, abstém o indivíduo do valor das situações, condicionando-as a preferências do desejo. Não há um comprometimento com aquilo que se deseja pois para constituir o bom no utilitarismo basta apenas desejar. É importante evidenciar esta incompatibilidade (entre as formas de avaliação) pois em Taylor que como Araújo nos indica:

A contingência incompatível leva a pessoa a agir por impulso sem se dar conta daquilo que é concernente à sua identidade humana. Não há, com a contingência incompatível, a possibilidade de o indivíduo desenvolver uma identidade que lhe possibilite agir de forma responsável. Agir de forma responsável será, para Taylor, ter como base uma avaliação forte. (ARAÚJO, 2004, p. 87)

Taylor não está aqui excluindo qualquer incompatibilidade que possa haver para o indivíduo dentro da avaliação forte, mas, dentro da avaliação forte, por caracterizar reflexivamente seus desejos, o indivíduo pode verificar sua relação com o valor das ações e ver em seus desejos expressões de sua identidade como sujeito humano.

Para que haja este processo o sujeito precisa de parâmetros significativos que sustentam o indivíduo para corretamente se expressar de acordo com a identidade que lhe cabe. Os desejos só podem, na avaliação forte, serem vistos como contrastivos.

Pois na avaliação forte, em que a linguagem se desenvolve com base em distinções avaliativas, o desejo rejeitado não é tão rejeitado apenas devido a algum mero conflito circunstancial ou contingente com um outro objetivo. Ser covarde não conflita com outros bens pelo dispêndio do tempo ou da energia de que eu precisaria para alcançá-los; inclusive, pode não alterar as circunstâncias de modo a impedir que eu os alcançasse. O conflito é mais profundo, não é contingente. (ARAÚJO, 2004. p. 89, citando Taylor)

O que Taylor busca provar é que o humano não age por mero impulso, mas suas escolhas, que a avaliação forte guia é a expressão de sua identidade como Agência, pois ele está agindo ou buscando agir em uma certa direção, sua orientação.

Desta maneira, a avaliação forte é o conceito que busca resgatar as origens do eu, ou seja, de ser um agente, um 'respondent', e ao mesmo tempo expressar sua identidade moral, pois expressa sua orientação. Assim, as orientações ou direções que o agente toma procura expressar aquilo que ele toma como digno, valoroso, que só podem existir contrastivamente ao indigno, vergonhoso, etc. Deste modo, temos:

A resposta à questão "O que é minha identidade?" não pode ser dada por qualquer lista de propriedades acerca da minha descrição física, origem, educação, capacidade etc. Tudo isso pode figurar na minha identidade, mas só como presumido em um certo sentido. Se o meu ser pertence a uma certa linhagem que é para mim de central importância, se eu estou orgulhoso dela,

e a vejo como me autorgando ser membro de um certo grupo de pessoas que eu vejo definidas por determinadas qualidades as quais valorizo em mim mesmo, como um agente, e que vêm ao meu encontro através desse meio de pessoas, então tal grupo fará parte da minha identidade. Isto será fortificado se eu acreditar que as qualidades morais dos homens são em grande parte nutridas pelo seu meio, e que se voltar contra ele é rejeitar a si mesmo de um modo contundente. (ARAÚJO. 2004, p. 97, citando Taylor)

Inevitavelmente, ao falar de minha Identidade, recorro a falar do que é digno e valoroso, pois, sem estes nortes não poderia de fato me orientar em meio aquilo que vivo. Sem os desejos contrastivos não poderia saber o que é melhor ou pior enquanto agente humano situado em uma comunidade, um país, uma comunidade.

Devido a esta necessidade, de sempre estar situado em algum lugar que Taylor, em “As Fontes do Self” reformula esta questão através da pergunta “Quem sou eu?” (ARAÚJO. 2004, p.98). Estar aquém destas distinções seria estar perdido, naufragas, seguindo a própria metáfora de Taylor (TAYLOR, 2013, p 44).

O que deve-se alertar é que enquanto falamos de Identidade e as noções do Self, Taylor está ao mesmo tempo rejeitando qualquer noção atomista do indivíduo na sociedade que vê as ações humanas como livres ou reduzidas a causas mentais etc.

A ação do indivíduo já é a expressão de uma prática cultural transindividual. Dessa maneira, a atividade do pensamento dos indivíduos, como esclarecimento de si do próprio agente, é o desdobramento da expressão não reflexiva. O que está em jogo, então, na atividade do pensamento é o processo de esclarecimento da identidade do indivíduo formulada, de certo modo, no interior da cultura. (ARAÚJO, 2004, p. 78)

Caminhando ao fim deste tópico, retornaremos, à não neutralidade da ação que mencionamos ao problematizar a retirada dos termos subjetivos da ciência no século XVII e suas tentativas de incorporação à ciência do homem. Sobre a não neutralidade da ação algo a mais precisa ser dito antes de irmos ao fim deste artigo.

Ao discutirmos a questão da Avaliação Forte, trouxemos a questão de como estas avaliações só podem fazer sentido mediante situações que permitam distinções contrastivas. Por meio destes contrastes que a Identidade, daquilo que chamamos no início do artigo de ‘respondent’, se revela. Eis a razão de Taylor levantar a questão da Identidade por intermédio da questão “Quem?”, disto, vemos em Araújo:

[...] se a resposta ao Quem parar meramente na instância das não-distinções qualitativas das intuições, permaneceremos em um self sem autenticidade, que se limita ao uso dos desejos, das aversões, dos gostos e das antipatias. (ARAÚJO, 2004, p. 100)

Deste modo, vemos que a questão da Identidade está, em Taylor, fortemente entrelaçada com estas distinções, de maneira que ao responder esta questão do “Quem?” o indivíduo está verificando sua relação aos valores do meio que está inserido. Apreendemos aqui mais uma vez como Taylor não poderia não rejeitar o atomismo. Responder à pergunta,

do Quem, como articulador de seus desejos e de seus sentimentos, que está por trás de suas ações (*import*), é aprender como se situar diante daquilo de uma hierarquia valorativa para o indivíduo.

[...] não há como manter tal neutralidade diante daquilo que Taylor chama de profundidade (*deep*) avaliativa das ações. Porque a ação moral do agente se funda na intuição avaliativa, a neutralidade se torna uma mera abstração metafísica que não apreende a estrutura determinativa do agir humano em sua hierarquização qualitativa dos bens. Assim é impossível obter neutralidade na ação, pois ela desde sempre está imbuída de uma configuração moral que busca realizar um tipo de bem. A ação moral é o próprio ato de avaliar o que é bom para a vida de quem a está executando. Nesse aspecto, a avaliação forte (*strong evaluation*) é o conceito-chave para compreendermos o processo de hierarquização dos bens. (ARAÚJO, 2004, p. 102)

Disto, identificamos que as ações morais estão sempre ligadas com certa forma de bem. Sendo a avaliação forte o conceito-chave para compreendermos a hierarquização dos bens como Araújo aponta, nos aproximamos da ponte necessária que Taylor faz, como característica principal do que é ser uma Agência. Identidade (*self*) e as formas de Bens estão necessariamente entrelaçados.

2.4 Identidade e o Bem

Ao longo do presente trabalho, recorrentemente foi evidenciado que a avaliação forte nos ajuda na orientação das ações dos chamados agentes humanos em relação à realização as formas de Bens. Taylor abre seu livro “As Fontes do Self” com um capítulo denominado “A identidade e o bem” desenvolvendo conceitualmente exatamente a aproximação entre a Moral e a escolha de valores que tornam a vida do indivíduo digna.

Para trabalharmos estas aproximações primeiro devemos nos deparar com o conceito de Moral em Taylor que é tripartidário, constituindo-se em: “Respeito pelos outros e de obrigação perante eles e nossos modos de compreender o que constitui uma vida plena, há também a gama de noções relacionadas com a dignidade.” (TAYLOR, 2013, p. 29)

Taylor vê a necessidade de levantar esta distinção do que é Moral pois:

Há, a meu ver, muita supressão motivada de ontologia moral entre nossos contemporâneos, em parte porque a natureza pluralista da sociedade moderna torna mais fácil viver dessa maneira, mas também por causa do grande peso da epistemologia moderna (como ocorre com os naturalistas acima mencionados) e, por trás disso, da perspectiva espiritual associada a essa epistemologia. Assim, o trabalho a que me lancei aqui poderia ser chamado em larga medida de ensaio de resgate [...] (TAYLOR, 2013, p. 23)

Tomando este resgate, e voltando a questão da aproximação do bem e do *self*, ao identificar o papel que a dignidade tem à moral fica bastante claro que a busca pela realização do bem, ou seja, daquilo que foi submetido pelo processo de avaliação (*strong evaluation*) do indivíduo torna-se característico de seu *self*, é a “dimensão existencial que dá dignidade à sua

identidade humana”. (ARAÚJO, 2004, p. 133) Portanto, um indivíduo que não pode se orientar dentro do espaço de indagações que é suas experiências, ou seja, é neutro a todas estas indagações, deve ser um monstro (TAYLOR, 2013, p.49)

O elemento da dignidade é um norte para o indivíduo orientar-se diante o que é o sofrimento humano, indigno, não merecedor, etc. Ao moldar sua identidade mediante suas ações que buscam, peculiarmente para o moderno, reduzir o sofrimento humano (ARAÚJO. 2004, 135-136), o *self* está posicionando-se perante as questões da vida, novamente a impossibilidade de haver neutralidade na ação do indivíduo.

A pessoa não deve, como a filosofia moral contemporânea busca, ser isento em uma busca por conteúdos de obrigações para suas ações, mas orientar-se para realizar uma boa vida, que possa chamar de digna e reconhecer-se. Caso contrário não poderíamos atribuir o termo ‘respondent’ a esta Agência.

[...] ser capaz de responder por si próprio é saber em que posição se encontra, o que se deseja responder. E é por isso que tendemos naturalmente a falar de nossa orientação fundamental em termos de quem somos. Perder essa orientação ou não tê-la encontrado é não saber quem se é. E essa orientação uma vez conseguida define a posição a partir da qual você responde e, portanto, sua identidade. (TAYLOR, 2013 46)

É desta maneira que vemos o porquê de Taylor sugerir ao indivíduo procurar sua forma que considera fundamental de viver dignamente, seja um chefe de casa, pai de família, etc. (ARAÚJO, 140)

Entretanto algo a mais necessita ser pontuado. Taylor nos alerta sobre uma simplificação que pode ocorrer ao tratar estas questões morais como providas de razão necessária mediante a avaliação do sujeito, pois entra em conflito o que a filosofia moral contemporânea entende por dar razão. (TAYLOR, 2013, p. 77)

Taylor nos indica a um obscurecimento deste debate por conta de

[...] aceitação de argumentos contra a suposta “falácia naturalista”, ou versões da distinção humana “é/deve”. Essas concepções foram, é verdade, alimentadas pelos preconceitos do subjetivismo e do naturalismo moderno (por mais irônico que possa parecer para adversário de uma “falácia” erroneamente denominada “naturalista”). Bens ou “valores” eram compreendidos como projeções nossas em um mundo que era, em si, neutro – o que é o motivo de nossa visão do mundo em termos de “valor” ter sido considerada em última análise opcional [...] (TAYLOR, 2013, p. 77-78)

Deve-se destacar que, a crítica a este projetivismo não está por todo resolvido na discussão que levamos acerca de como os bens de avaliação forte coordenam os propósitos da vida do indivíduo em sua dimensão existencial. A discussão posterior sobre a separação de sujeito e objeto e as características de segunda ordem dos objetos (retiradas já no século XVII nas ciências perpassa o problema. Como Taylor levantou, este é um dos problemas que cercam nossa época então merece um espaço aquém das discussões já levantadas. No

entanto, responderemos de forma simplificada, usando uma citação de Taylor pois maiores implicações excederiam o alcance deste artigo. Assim:

[...] 2. O real é aquilo que se tem de lidar, o que não desaparece apenas porque não é compatível com seus preconceitos. Dessa forma, aquilo a que não se pode deixar de recorrer na vida é real, ou tão próximo da realidade quanto se pode chegar no momento. Nosso quadro metafísico geral dos “valores” e do lugar que ocupam na “realidade” deve basear-se naquilo que descobrimos ser real dessa maneira. Ele não poderia, concebivelmente, ser a base de uma *objeção* à sua realidade. (TAYLOR. 2013, p.85)

Por fim, devido a busca continua de fundamentos racionais, sejam pelas teorias quem têm como herança o Naturalismo nascente do século XVII ou correntes do kantismo, há um ‘procedimentalismo’ que infecta estas teorias. Consideram as experiências morais do indivíduo como sem valor e que a verdadeira busca pela moralidade dá-se no intermédio a buscas de fundamento (procedimentos). “Descartes oferece um exemplo paradigmático disso com seu modelo do pensamento claro e distinto” (TAYLOR. 2013, p.118). Com a filosofia de Taylor e sua teoria da ação moral este artigo procura trazer à tona este flagelo reducionista que paira às teorias morais contemporâneas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da teoria da ação moral de Taylor, resgatando conceitos caros para o autor, como *self-interpreting animals*, *Strong evaluation*, *import*, podemos concluir a pesquisa como um moderado sucesso. Moderado, pois devido de como a filosofia de Taylor, como o próprio autor levanta em “Human Agency and Language”, pode ser considerada uma rede em que de ponto em ponto tudo se conecta. Desta forma, escrever um artigo abarcando ideias chaves e conclusões chaves da filosofia de Taylor mostrou-se um desafio.

Devido a diversas adversidades como as limitações de espaço do projeto, tempo e conhecimento, a pesquisa foi motivada a se limitar as obras da década de 80 de Taylor, com a exclusão de Philosophical Papers 2, que adiciona bastante a este debate mas está voltado a outras questões, principalmente das ciências e suas questões e ações que abarcam o século XX.

Durante a pesquisa fomos tentados a mudar a característica da apresentação, principalmente no que se remete a outros textos de Taylor em que mostra as fontes de muito de suas teorias. Em “Hegel e a sociedade moderna” Taylor nos mostra uma das facetas de seu pensamento e como a filosofia de Hegel reflete não somente à nossa época, com suas ressalvas, mas às teorias da ação do autor. Motivo este que fez à exclusão do livro à pesquisa uma decisão difícil, porém necessária, o debate se alargaria muito e talvez até nos direcionaria

a outros debate, que, apesar da rede que Taylor cita, para este projeto apresentar-se-ia muito aquém do debate.

As discussões com outros filósofos sempre é um problema para as pesquisas no campo da Filosofia. Taylor, principalmente em “As Fontes do Self” nos apresenta um debate com as discussões, principalmente, do início do século 20 e debates dos anos 60 o que tornou esta pesquisa tanto rica em material como de difícil apresentação.

Mediante a elaboração do projeto, considerando que a proposta do PIVIC deve ser elaborada dentro da formação acadêmica do estudante enriquece ainda mais a motivação da escrita como sem dúvidas nos dificulta a aprender como limitar o projeto. A proposta da pesquisa sem dúvidas buscou nos ensinar como se atentar aos moldes acadêmicos e seus requisitos.

Por fim, direcionando-se a conclusão definitiva deste projeto, dentro das dificuldades que foram encontradas tanto na pesquisa bibliográfica como na elaboração do projeto, o proposito apresenta-se como alcançado. As apresentações não somente dos termos principais que serviram de alicerce a pesquisa, mas as discussões que Taylor de forma recorrente apresenta nas escritas de seus trabalhos nos possibilitou responder a questão sobre as éticas que fundam-se mediante uma razão procedimentalista diante da ética de forma de decorrência, como assim indicamos no resumo do projeto.

Sem dúvidas de todas as questões apresentadas no projeto, a aproximação da Identidade e do Bem é o tema que deveria concluir-se esta proposta, bem como o que necessitava de maior espaço. Não é por mero capricho que a obra de Taylor “As Fontes do Self” buscam demonstrar a integralidade daquilo que nos modernos identificamos com o que é ser uma Pessoa, pessoa de direito, etc e as questões relacionadas as decisões e ações morais.

Assim, embora de forma sucinta, diante do todo que é a filosofia de Taylor, gostaria de finalizar reincidento como, devido as limitações do projeto podemos apresenta-lo como um moderado sucesso. A pesquisa realizada juntamente as recomendações do orientador, e principalmente a seu texto “Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento” foram as principais forças que alavancaram a existência deste projeto que gostaria de finalizar reiterando como que o mesmo abre para novas investigações às áreas de ética e da política.

4. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Paulo Roberto Monteiro. Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da identidade moderna. Trad. Abdail Ubirajara Sobral. Dinah de Abreu Azevedo. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

TAYLOR, Charles. Philosophical Papers: Volume 1, Human Agency and Language. Cambridge University Press, 1985.

Contatos: brizeno_souza@hotmail.com e prmaraujo@uol.com.br